



O ENGENHEIRO E SOLDADO

Octávio Costa

Palavras de iniciação, ditas por Octávio Costa, Oficial-General da Reserva, na abertura do ano letivo do Instituto Militar de Engenharia, em 10 de fevereiro de 1989.

O EXÉRCITO

Quem chega ao IME deve ter em mente, antes de mais nada, que está no Exército, e que deve bem conhecê-lo, no que é e no que foi.

A nova Constituição, em seu Art. 142, define-o, ao lado das outras duas Forças Armadas, como instituição nacional permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de quaisquer destes, da lei e da ordem.

Apesar da definição tão genérica, que poderia caber ao Exército de qualquer país, e por mais que se tente aplicar aos exércitos um estereótipo abrangente, nosso Exército é profundamente autêntico e representativo de "uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias".

Cumpramos, pois, ainda que de forma sumária, aos que chegam, conhecer um pouco de sua evolução histórica, que é, em grande parte, a da própria nação.

Primeiro, é preciso dizer que esse comprometimento nacional com a solução pacífica das controvérsias amadureceu na luta, através da História, e que, enquanto o dinamismo e o valor combativo de nossos precursores alargaram nossa dimensão territorial, a vocação pacifista de nossa gente construiu essa invejável integração nacional.

Marcados de lutas foram nossos três séculos de história colonial: de ocupação e defesa da terra; para repelir as invasões estrangeiras; pela expansão territorial, rompendo o cordão de Tordesilhas; lutas fronteiriças; e, também, do sentimento nativista contra o próprio colonizador – Paulistas e Emboabas, Guerra dos Mascates, Vila Rica e Conjuração Mineira, de Tiradentes, o herói maior de nosso anseio de emancipação.

Como os colonizadores eram poucos para os desafios do trabalho construtivo e para a defesa armada, os portugueses não dispensaram, das fileiras combatentes, as classe menos favorecidas: os infratores da lei, os degredados, os mazombos, os indígenas e, depois, os escravos negros. Daí o Exército Brasileiro ter nascido, em suas raízes mais profundas, eminentemente popular, amálgama de diferentes estratos raciais e sociais, pois a integração racial e a motivação nacionalista dos comba-

tentes da restauração conferem a Guararapes a condição de marco fundamental de nossa Força Terrestre.

Também caracterizada por lutas foi a história do Reino Unido: na expedição à Guiana Francesa, como repênsalia contra a invasão sofrida em Portugal; na Banda Oriental do Uruguai, contra Artigas; e luta ainda na frente interna, principalmente a Revolução Pernambucana de 1817, movimento precursor dos ideais republicanos.

Nenhuma época de nossa história foi militarmente mais viva do que a imperial. Nos períodos regenciais e nos dois impérios, estivemos permanentemente em luta. Cronologicamente, lembramos: a guerra de consolidação de nossa independência, culminando no 2 de julho da Bahia; a Guerra da Cisplatina, que resultou na independência do Uruguai; as lutas internas, coerentes com a efervescência dos começos da nação – a Cabanagem, a Guerra Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada e a Revolução de 1842; a Guerra contra Rosas; a intervenção na República Oriental e a Guerra da Tríplice Aliança.

Nas duas últimas décadas do período imperial, o Exército, exaurido de tantas guerras externas, envolveu-se em questões mais políticas do que guerras: Questão Militar, Abolição

da Escravatura, Proclamação da República.

Também de lutas haveria de ser nosso já secular caminho republicano, em sua maioria lutas internas, de inspiração política, social, religiosa ou mesmo ideológica, lutas de consolidação da República, principalmente as Revoltas da Armada e Federalista; a Campanha de Canudos; contra o banditismo em Mato Grosso; as Revoltas dos Marinheiros e dos Jagunços; contra Lampião, terror do Nordeste; as Revoltas do Contestado e dos Tenentes dos anos vinte; a Coluna Prestes; a Revolução de 30; a Revolução Constitucionalista de 32; as Insurreições Comunistas de 35 e Integralista de 38; as deposições de Vargas; as revoluções brancas; Jacareaganga; Aragarças; a Revolta dos Sargentos em Brasília; e, mais recentemente, a luta armada que se seguiu à decretação do Ato Institucional Nº 5, com seus lamentáveis episódios de guerrilha urbana e rural.

No entanto, apesar de nossa vida republicana ter sido perturbada principalmente por questões de segurança interna, ainda assim tivemos lutas com motivação externa, como a Campanha do Acre, e a nossa participação contra o nazismo na 2ª Guerra Mundial, com a presença da Força Expedicionária Brasileira na Itália; e para cumprir

compromissos assumidos no âmbito de organizações internacionais – a Força de Emergência da ONU na Faixa de Gaza, e, em São Domingos, a Força Interamericana de Paz.

Mencionando nosso passado de lutas, desejamos demonstrar que, grande nação forjada na luta, devemos compreender que a guerra ainda é uma permanente possibilidade, inerente às grandes nações. Essa compreensão, que não se situa em um proselitismo da guerra, mas no imperativo de garantia da paz, deve orientar a preparação de todos os que ingressam no Exército, porque está essencialmente ligada à atividade-fim da instituição.

Exército de um país de pequena dimensão territorial, “voz da terra ansiando pelo mar”, o lusitano, do qual se originou o nosso Exército, modelou-se, até depois da fundação da nação portuguesa pelo caráter medieval da guerra, em seguida pelas ordenações afonsinas e, através dos tempos, por diversas influências estrangeiras, dos que contra ele combateram e dos mercenários que contratou: árabes e espanhóis, franceses e ingleses, italianos, suecos e alemães. Dessas influências, a mais profunda, a prussiana, resultou da contratação, na segunda metade do século XVIII, pelo Marquês de Pombal, do

famoso Conde de Lippe, para reorganizar e comandar o Exército Português. Reformador metódico e disciplinador implacável, esse discípulo do grande Frederico plantou, por extensão, os alicerces do próprio Exército Brasileiro, em seus valores fundamentais de disciplina, obediência, hierarquia e espírito de missão.

O Brasil independente herdou, de Portugal, o hábito de contratar conselheiros estrangeiros, de inspirar-se em idéias, organizações e doutrinas em vigor em outros países. Daí os diversos períodos da evolução do Exército Brasileiro.

Assim é que, após a Guerra da Tríplice Aliança, quando da decadência do espírito profissional militar depois daquele conflito, as idéias positivistas, inspiradas no francês Augusto Comte, dominaram nossa inteligência militar. Sob essa influência, "a Escola Militar passou a ser mais um centro de estudos de matemática, astronomia, filosofia e letras do que de disciplinas militares", onde se produziam "bacharéis fardados a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito". Um deles, Benjamin Constant, veio a ser o ideólogo do advento da República.

Analisando os cem anos de República, à luz das idéias que

dominaram o Exército, poderíamos destacar cinco períodos:

- agonia do positivismo e retomada do espírito profissional;
- influência alemã;
- influência francesa;
- influência norte-americana
- e, afinal, a fase atual de afirmação nacional.

A retomada do espírito profissional ocorre no Governo Prudente de Moraes, sendo ministro o General João Nepomuceno de Medeiros Mallet, criando-se, em 1896, o Estado-Maior do Exército e, em 1905, a Escola do Estado-Maior.

O período de influência alemã vai dos primeiros anos do século até o fim da 1ª Guerra Mundial e é uma decorrência da atuação de oficiais que, voltando da Alemanha, onde estagiaram e compraram material bélico, conseguiram restabelecer o primado da formação profissional.

Com a derrota dos alemães na 1ª Guerra Mundial, a idéia de contratar uma missão alemã resultou na vinda da Missão Militar Francesa e da Missão Cartográfica Austríaca. O período de influência francesa apresenta duas décadas bastante diferenciadas: nos anos 20, com o prenúncio da falência da primeira República, voltam as questões

políticas a atrair os militares, o que resultou no ciclo revolucionário do "tenentismo"; mas já nos anos 30, impulsionados pelos franceses, predomina outra vez o espírito profissional.

Com o retorno da Missão Francesa, às vésperas da fulminante invasão nazista, inicia-se o período de influência do Exército norte-americano, para cujas escolas passamos a enviar nossos oficiais em fluxo contínuo e de quem copiamos organizações operacionais, traduzimos e adaptamos regulamentos, compramos material bélico e adotamos métodos e processos de combate e de instrução.

Essa grande mudança de direção ajustava-se aos rumos de nossa política exterior, preponderantemente pan-americanista nos anos 40 e 50. Embora nunca tivesse sido estabelecido formalmente um pacto ou um sistema militar americano, à maneira da OTAN, formamos uma comunidade continental também no plano militar, baseada juridicamente no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, e praticada na Junta Interamericana de Defesa, nas conferências militares de várias naturezas e, no plano bilateral, pela troca de missões e pelo Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

A Força Expedicionária Bra-

sileira, que combateu contra o nazismo na Itália, integrando o V Exército americano, divide essa fase em dois períodos, antes e depois dela, tão grande foi sua importância como fator de consolidação da consciência profissional e do primado da hierarquia e da disciplina, nem sempre prevalecente nos três quartos séculos que separam as duas últimas guerras externas de que participamos.

Na medida em que se intensificava o surto industrial brasileiro, a partir da implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e da construção de grandes usinas hidrelétricas, por já sermos capazes de começar a fabricar nossos próprios equipamentos, foi amadurecendo a consciência de que deveríamos ter um Exército talhado por nós mesmos, que evitasse, no máximo possível, a cópia dos modelos estrangeiros e a sistemática importação de material. Esse propósito, que caracteriza a fase atual, de afirmação nacional, toma consistência a partir de 1970, culmina, em 1974, com a ruptura formal do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e, presentemente, ainda mais se aprofunda no esforço de modernização em que se empenha a atual administração do Exército, e que se destingue pela ênfase nos aspectos científico-tecnológicos.

O IME

Este instituto, com a sua denominação atual, tem apenas 30 anos, pois foi criado em 1959 pela fusão da antiga Escola Técnica do Exército, fundada em 1933, ainda na fase da Missão Francesa, com o Instituto Militar de Tecnologia, criado em 1941, já sob a influência norte-americana, sendo de destacar encontrar-se nesta Praia Vermelha desde 1934.

No entanto, suas origens mais remotas são identificadas em 1699, na carta em que o rei de Portugal recomendava ao Governador Geral do Rio de Janeiro a criação de uma Aula de Fortificação, semelhante à que já existia na metrópole desde 1647. Os passos sucessivos são a criação da Aula de Artilharia em 1738, a Aula Militar em 1774 e, em 1793, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, pioneira do ensino militar nas Américas e do ensino formal de Engenharia Civil no Brasil.

No período colonial, os engenheiros portugueses formados nessas aulas, com ou sem a ajuda de estrangeiros contratados, edificaram muitas das fortificações que, em pontos estratégicos de nosso litoral e da fronteira terrestre, ainda hoje causam admiração e constituíram, na negociação do Tratado

de Madri, argumento irretorquível da posse da terra.

A presença de D. João VI no Brasil foi marcada por grandes iniciativas ligadas à defesa, como a criação, em 1810, da Academia Real Militar, precursora da Academia Militar das Agulhas Negras; da Fábrica de Pólvora do Jardim Botânico, mais tarde transferida para Estrela; da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, perto de Sorocaba; do Arsenal Real do Exército; da Fábrica de Pólvora sem Fumaça e do Laboratório Pirotécnico de Campinho.

A Academia Real Militar transformou-se, sucessivamente, na Imperial Academia Militar em 1822, na Academia Militar da Corte em 1832, na Escola Militar em 1840 e na Escola Central, em 1860, que, em 1874, perdeu a finalidade militar, foi para a jurisdição da Secretaria do Império, passando a ser nossa primeira Faculdade de Engenharia, a quinta superior do País, pois até então só havia duas de Direito (Rio e São Paulo), e duas de Medicina (Bahia e Rio). Ressalte-se que, não dispondo de população suficiente para a dimensão de suas conquistas, Portugal sempre cuidou de sua organização militar, de tal forma que no Brasil os assuntos militares eram prioritários, enquanto, propositadamente, se retardava, até se

proibia, o ensino superior, no temor de que o desenvolvimento cultural acelerasse a emancipação.

Enquanto da Escola Central nascia a antiga Escola Politécnica, depois Escola Nacional de Engenharia, a formação de oficiais de Engenharia, bem como a dos outros oficiais, iria ser feita na Escola Militar, primeiramente aqui na Praia Vermelha, depois no Realengo.

Na reorganização do ensino militar feita em princípios de 1919, ainda sob a influência alemã, previam-se cursos técnicos de Artilharia e Engenharia, a serem feitos, primeiro no estrangeiro, e, depois, em uma escola a ser oportunamente planejada pelos oficiais cursados no exterior. Essa escola veio a ser criada em 1928 e implantada em 1930, já sob a influência francesa, com o nome de Escola de Engenharia Militar, mudado, em 1933, para Escola Técnica do Exército, origem mais próxima do IME.

Sua vinculação administrativa começou na área do ensino, passou à órbita do antigo Departamento de Produção e Obras (DPO) em 1959, à área de ensino e pesquisa em 1970 e, depois da criação, em 1984, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, subordinou-se a esse órgão de direção setorial do Sistema de Desenvolvimento Cien-

tífico e Tecnológico do Exército, no qual lhe cabe ser o órgão de execução destinado a capacitar Recursos Humanos, em nível superior, para suprir as necessidades do Exército no campo da Ciência e Tecnologia.

A CARREIRA

A carreira de Oficial Engenheiro Militar tem início pelo ingresso no Quadro de Engenheiros Militares, nos termos da Lei 7660, de 10 de maio de 1988. As origens desse Quadro e de uma carreira específica situam-se na criação, em 1939, do Quadro de Técnicos do Exército, que experimentou inúmeros aperfeiçoamentos e modificações até chegar à sua feição atual.

Neste meio século de existência formal de uma carreira de oficiais técnicos, foram prestados excepcionais serviços ao Exército e ao País, pelos oficiais que a integraram e órgãos a ela ligados, particularmente pelo IME.

Eis alguns marcos de iniciativas relevantes:

- em 1941, o Instituto Militar de Tecnologia;
- surgimento, na década de 40, de cursos de Engenharia Aeronáutica, Metalúrgica, de Automóvel, de Eletrônica e de Engenharia Nuclear;
- em 1946, o Serviço Tec-

nológico antecipa a futura Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico;

- em 1948, o Campo de Provas de Marambaia;

- em 1964, o IME começa a admitir jovens de procedência civil;

- em 1970, o IPD - Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento e os cursos de pós-graduação do IME;

- em 1975, a IMBEL;

- em 1979, o Centro Tecnológico do Exército, por transformação da Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico, bem como a expansão dos cursos de pós-graduação e intensificação das atividades de pesquisas, dos programas de cursos, estágios e visitas ao exterior;

- em 1981, construção de novas instalações para o CTEX e o IPD, em Guaratiba;

- em 1984, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Centro de Avaliação do Exército e o Instituto de Projetos Especiais.

Ao longo desse meio século, muitas figuras excepcionais contribuíram para a evolução do setor científico-tecnológico, que podem ser sintetizadas em apenas três, que atuaram em diferentes épocas: os generais Armando Dubois Ferreira que, como Comandante e motor deste Instituto, deu-lhe prestígio nacional; Aristóbulo Codevilha Rocha, grande impulsionador da

pesquisa e do ensino técnico; e Argus Fagundes Ourique Moreira, que, à frente do CTEX, talhou-o na dimensão do futuro.

Cumprе assinalar que, na plenitude da existência do Quadro de Técnicos, aí pelos meados dos anos 40 aos dos anos 50, o fascínio que a Carreira de Engenheiro Militar exerceu sobre os oficiais dos Quadros das Armas, principalmente sobre aqueles mais voltados para as ciências exatas, chegou ao ponto de desfalcá-los acima do conveniente e a gerar um grande desequilíbrio no fluxo de promoções das Armas de Engenharia e de Artilharia. É que deles saía o maior número de candidatos à graduação como oficiais técnicos, e isso resultava em que os oficiais pertencentes a essas Armas muito se avantajassem na carreira em relação aos companheiros de Infantaria e Cavalaria.

A verdade é que, apesar do excepcional impulso dado ao ramo técnico, desviava-se um grande número de oficiais que se haviam formado para serem combatentes e graduava-se um contingente de Engenheiros Militares muito superior às necessidades específicas do Exército, até então muito restritas.

Se isso significou um desvio da atividade-fim e até mesmo um desencanto para muitos dos próprios oficiais técnicos, que,

superiormente graduados neste Instituto, não encontravam campo de aplicação adequado na estrutura militar, impõe-se reconhecer que resultou em grandes benefícios para o País como um todo, pois os que transbordaram do Exército para a vida civil foram ensinar nas Escolas de Engenharia e participar do grande surto industrial brasileiro, que veio a seguir, principalmente nos campos especializados das Engenharias de Automóvel, Metalúrgica, Mecânica, Eletrônica e Eletricidade, de Comunicações, Química e Energia Nuclear.

Na medida em que foram sendo tomadas medidas para corrigir as distorções, diminuiu a atração exercida sobre os formados pela AMAN, buscaram-se novas fórmulas e, por outro lado, em um verdadeiro efeito bumerangue, o desenvolvimento industrial brasileiro, havendo chegado até mesmo ao campo do material bélico, abriu novas perspectivas dentro da estrutura do próprio Exército, a ponto de criar demanda muito maior de Engenheiros Militares.

A consequência de tudo isso é a atual configuração do Quadro e da Carreira, que conciliando, adequadamente, as necessidades de formação de oficiais na AMAN e no IME, atende os imperativos da modernização do Exército.

Ao ingressar no Quadro de

Engenheiros Militares, o oficial tem diante de si uma carreira de amplas possibilidades de realização pessoal, podendo culminar no generalato. Destinam-se a atividades de:

- *Execução técnica*, em Parques, Arsenais, Divisões de Levantamento, Centros de Informática, Comissões Regionais de Obras, Grupamentos de Engenharia de Construção, no Campo de Provas da Marambaia e no Centro de Avaliação do Exército;

- *Serviços Técnicos*, em cargos ligados a Assistência Técnica e Normalização;

- *Ensino*, em escolas do Departamento de Ensino e Pesquisa e no próprio IME;

- *Pesquisa e Desenvolvimento*, no IPD e no Instituto de Projetos Especiais;

- *Produção*, no âmbito da IMBEL;

- *Assessoramento de Médio Nível*; no Centro Tecnológico do Exército e nas Diretorias, órgãos de apoio;

- e *Assessoramento de Alto Nível*, na Presidência da República, na Secretaria do Conselho de Defesa Nacional, no EMFA, no Gabinete do Ministro no Estado-Maior do Exército, órgão de direção geral e órgão central do Sistema de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército, na Secretaria de Ciência e Tecnologia e nos Depar-

tamentos, que, como a Secretaria, são órgãos de direção setorial.

A carreira de Engenheiro Militar é um permanente aprendizado, em funções de pesquisa, docentes e discentes, por meio de cursos, estágios e visitas, no Brasil e no exterior.

Depois de fazer o curso de Formação e/ou Graduação, que assegura o ingresso no Quadro, o oficial deve realizar, sucessivamente, cursos de Pós-graduação, que o habilita a ser Oficial-Superior, e cursos de Altos Estudos Militares e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, que condicionam o acesso a Oficial-General do Quadro de Engenheiros Militares. Os cursos de Pós-graduação, realizados no IME ou em outras instituições de ensino, são de Aperfeiçoamento Técnico, de Mestrado e Doutorado. Dois a quatro anos após seu ingresso no QEM, o oficial pode candidatar-se a curso de Mestrado, de duração máxima de dois anos, e, decorridos outros dois anos de seu término, pode candidatar-se ao Doutorado, onde permanecerá até três anos, enquanto os dois cursos finais da carreira duram um ano cada um.

A carreira de Engenheiro Militar é, pois, um constante desafio à inteligência e à ação, to-

tal consagração ao estudo, ao trabalho e à pesquisa.

O ENGENHEIRO

O Engenheiro Militar é, a um só tempo, Engenheiro e Soldado.

Engenheiro, do latim "ingenium" é o que tem qualidades inatas, o que tem talento.

Acompanhando e dominando as sucessivas e importantes descobertas nos campos da Física, da Química, da Termodinâmica, da Eletrônica e das propriedades dos materiais, o Engenheiro sabe transferir, para o campo prático, a serviço do homem, essas importantes descobertas, nos motores a combustão, nas máquinas elétricas, na transformação dos elementos, na geração nuclear da energia, nos radares, na transmissão das imagens, na Aeronáutica e na Espaço-náutica, no cálculo numérico automatizado e no processamento da informação.

O Engenheiro está permanentemente preocupado com a busca de novos conhecimentos, com as deduções rigorosamente demonstradas, com a comprovação experimental das descobertas e com a utilização das leis e dos fenômenos em benefício do homem e de sua segurança.

O verdadeiro Engenheiro está sempre inconformado com a deficiência dos conhecimentos e

empenhado no aprimoramento dos métodos, dos processos e das ferramentas e, acima de tudo, com a busca constante e persistente do entendimento das coisas, em lugar de sua simples constatação.

Quando em atividade nos parques e arsenais, o Engenheiro Militar deve ter profundo conhecimento do instrumental e das normas e dos controles de qualidade; dominar os procedimentos industriais pertinentes, as propriedades dos materiais e os princípios que regem os fenômenos; e deve ser extremamente meticuloso e rigoroso em relação aos procedimentos e ser afeito às rotinas de trabalho sem jamais deixar-se rotinar. Nos parques e arsenais, o Engenheiro deve ter humildade para sentir-se como um eterno aprendiz, capaz de aprender com a experiência de um artífice. Deve ter aptidão para o trabalho em equipe, espírito de colaboração e sensibilidade para os fatores humanos.

Exige-se dos engenheiros em serviço nos campos de provas alto grau de engenhosidade e iniciativa, acurada prudência na realização de qualquer operação e extraordinária aptidão para diagnosticar incidentes.

Os Engenheiros Geodésicos e os dos Batalhões de Construção devem ter profundo conhecimento teórico e prático de

suas operações e de seu instrumental de trabalho, mas devem caracterizar-se pelo exemplo, pela liderança, pelo entusiasmo e pelo gosto pelo trabalho de campo.

Quando nos Serviços Técnicos Regionais, o Engenheiro Militar deve ter a exata compreensão de sua dupla subordinação, à cadeia técnica e à cadeia de comando, para ser fiel às duas. Deve ter perfeita compreensão de sua missão, capacidade de adaptação, disciplina intelectual e organização de trabalho, bem como permanente preocupação com os aspectos ligados à mobilização industrial.

Exercendo cargos de assessoramento, em alto e médio níveis, o Engenheiro deve ter cultura tecnológica profunda e diversificada, sentido de organização e sentimento do conjunto, e possuir espírito de colaboração vertical e horizontal.

O Engenheiro professor deve possuir profundo conhecimento teórico do setor de Engenharia que lhe cabe, assim como o lastro de conhecimentos práticos que lhe dá solidez. Deve ter sensibilidade para saber que toda didática é irrelevante se não for dirigida para ajudar o aluno a aprender por si próprio. O ensino deve ter em vista a objetiva utilização dos conhecimentos adquiridos e atender, integralmente, aos interesses da insti-

tuição, bem como visar ao futuro a fim de bem situar o militar na sociedade de seu tempo, de forma renovadora e realista.

O professor de Pós-graduação e o pesquisador devem ser aqueles que possuam o mais denso lastro de ciências básicas, o conhecimento especializado e aprofundado dos aspectos que ensinam e pesquisam, obsessão de aprender e descobrir, aptidão para liderar equipes, alta capacidade para diagnosticar insucessos e deles tirar ensinamentos, mas, principalmente, tenacidade para superar carências, frustrações e tropeços nas realizações experimentais. A pesquisa não deve ser diletante nem procrastinadora, mas deve ter um objetivo definido, qual seja o de colaborar para o fortalecimento do Poder Militar Terrestre e sua contínua modernização, estimulando a absorção das mais adiantadas tecnologias, a adequação da tecnologia civil a fins militares e a criatividade nacional nos campos da Ciência e Tecnologia.

E o Engenheiro aluno de cursos de Pós-graduação e de Altos Estudos Militares deve ter permanentemente em vista que, antes de ser aluno, é Engenheiro e Soldado.

O SOLDADO

Desejo agora dizer o que

julgo ser Soldado, aos jovens que ainda não o são, mas que aqui estão para sê-lo, aos que, tendo vindo para graduar-se, também se vão formar.

Índole da carreira militar

Verão, ao longo do tempo, que a carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei mas todas as horas da vida, nos impondo também todos os destinos.

A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença – mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre.

E, no entanto, é preciso reconhecer que o ofício de Oficial do Exército Brasileiro, assim tão exigente e obsessivo, nos concede algumas compensações: segurança, estabilidade, direitos inalienáveis, prerrogativas, honrarias e valores imateriais que compensam a modesta paga de ordem material.

Aprenderão que o ofício de Soldado é um duro mister e um permanente desafio, mas nele encontrarão as alegrias da solidariedade e do companheirismo,

e nele se sentirão sempre uma grande família.

Ser Soldado é conviver e integrar-se nas raças, nas classes, nas idades, na nacionalidade inteira. É defender intransigentemente o interesse nacional e dedicar a vida ao bem comum.

Autoconstrução

O esforço principal da formação do Soldado é um trabalho de autoconstrução, porque se trata muito mais de interiorizar valores de que de guardar conhecimentos.

Gravem, para sempre, que, por maiores que sejam a inteligência e a cultura, o Oficial do Exército é feito, sobretudo, de caráter. E o caráter só depende de nós mesmos, fortaleza que podemos construir, silenciosamente, com a nossa vontade e nossa determinação, pedra sobre pedra.

Comecem, desde já, a construir a fortaleza moral com que haverão de resistir a todas as injustiças e incompreensões, a desânimos e desfalecimentos, a desenganos e desesperanças, ao assédio de todas as crises e à ferrugem de eventuais frustrações.

Reflitam sobre o paradoxo de nosso ofício: nós nos preparamos, a vida toda, para a guerra e, no entanto, desejamos, de toda a alma, que ela nunca nos

aconteça. A convivência com esse paradoxo e com as frustrações que dele possam decorrer (se algum dia nos assaltar o fantasma da não realização) exige extraordinária preparação moral, amor à profissão, como ela é, e a consciência de que o Soldado é antes de tudo um educador.

Voltar-nos para nós mesmos

Nesse esforço de autoconstrução, começemos por conhecer-nos a nós mesmos, muito mais em nossos erros e carências, em nossas imperfeições, limitações e fraquezas, do que em nossos valores.

Descobrir sinais negativos de nossa personalidade, delimitá-los e dimensioná-los, com a firme vontade de mudar para melhor é fazer-nos sempre mais fortes. "O mais importante da vida é isso: que estamos sempre começando, que nunca estamos terminados", já nos ensinava Riobaldo, o personagem de Guimarães Rosa.

Ao contrário, se nós nos embevecemos com os nossos méritos (especialmente com os da mente e do corpo, que de fato não foram feitos por nós, porque nos vieram de Deus), começamos a perder substância, a dessangrar-nos, a nos tornarmos vulneráveis.

O termo justo, equilibrado e

construtivo, está no permanente esforço de ascensão em todos os planos da personalidade, ampliando possíveis virtudes e corrigindo falhas, sobretudo as de caráter, o que nos levará à serena e sóbria confiança em nós mesmos.

Voltar-nos para os outros

Nesse esforço de autoconstrução, depois de conhecer-nos a nós mesmos, devemos bem conhecer aqueles que nos cercam.

Olhemos para os nossos companheiros, para aprender com eles; aprender quando acertam, e mais aprender quando erram. O maior patrimônio da vida são as pessoas que conhecemos, e os amigos que juntamos ao longo do caminho.

Estudemos a personalidade de nossos iguais para melhorar a nossa própria personalidade, e nunca para torná-los motivo de críticas, deboches, sarcasmos, menosprezos.

Olhemos para os nossos mestres e instrutores, tomando-os, se assim forem, como exemplos; mas, longe de condená-los em suas humanas imperfeições, busquemos delas tirar partido, usando, se preciso for, o modelo ao contrário.

E estendamos nossas mãos a outras mãos, como pontes da compreensão e da solidarieda-

de, pois o Exército só vale pela união de todos nós e pela força da vontade coletiva.

Ao que dizer não

Nesse esforço de autoconstrução, olhando para nós mesmos e olhando para os outros, digamos não a tudo o que corrompe e corrói o caráter do Soldado.

Digamos não à crítica sistemática, à maledicência, à contestação, à intriga, à suspicácia e ao boato, esses agentes da desagregação, mas também à subserviência, à concordância contumaz, à adesão incondicional e ao carreirismo.

Digamos não à ambição como um fim em si mesma, à obsessão de nos promovermos, à ânsia de notoriedade, assim como ao oportunismo, à esperteza, ao egoísmo e à exacerbação do espírito de competição. E, com mais ênfase, digamos não à deslealdade, à mentira, à pusilanimidade e à hipocrisia.

Digamos não à frivolidade, ao mundanismo, à vanglória, à ostentação, ao elitismo, assim como ao hedonismo, à "mordomia", ao luxo, à distorção, ao desperdício.

Digamos não à prepotência, ao arbítrio, à violência sem sentido, mas também à indefinição, à fraqueza, à indiferença, à he-

situação, ao escapismo, à omissão e ao medo da responsabilidade.

Digamos não à inércia, à rotina, à preguiça, ao comodismo, à modorra, à indolência, e também ao conservantismo, à cópia e à repetição.

E digamos não ao protecionismo, ao favoritismo, à corriola e ao espírito de grei.

Ao que dizer sim

Nesse esforço de autoconstrução, digamos sim a tudo o que nos une, o que constrói, o que fortalece e ensina a coesão.

Digamos sim ao idealismo, ao desprendimento, à grandeza de intenções, à confiança, à paciência, à firmeza, à tenacidade, assim como à sinceridade, à franqueza, à lealdade, ao espírito de colaboração e de solidariedade, mas também à independência e à altivez.

Digamos sim ao realismo, à racionalidade, à objetividade, ao pioneirismo, à criatividade, ao espírito de renovação.

Digamos sim à discrição, à naturalidade, à simplicidade, à modéstia, bem como à rusticidade, à frugalidade, à austeridade.

Digamos sim a todas as formas de coragem, sobretudo à coragem moral; aos que constroem sem alarde; aos que são capazes de realizar a tarefa

mais humilde como se fosse a decisiva. Digamos sim aos que tiraram as dificuldades do caminho, aos que somam, aos que confiam, aos que têm fé.

Os atributos do Soldado

Os atributos maiores do Soldado devem ser metas permanentes a perseguir, com uma profunda interiorização dentro de nós mesmos.

O sentimento do dever é o mais alto atributo do Soldado, e posto que esse sentimento é uma emoção não primária, adquirida pela vontade, ao longo do tempo, como consequência natural da boa formação militar, devemos praticá-lo dia a dia. E, facetas destacadas do cumprimento do dever, são as virtudes da disciplina e da obediência, esses cimentos que nos ligam a todos nós, nas estruturas da hierarquia, e asseguram a solidez do conjunto.

Do verdadeiro Soldado se exige que seja veraz, íntegro e leal. O amor à verdade é a porta de todas as virtudes, dentre as quais prepondera a integridade. E devemos ter bem presente que a lealdade — essa virtude fundamental — não é só devida ao chefe, mas também devida aos que estão abaixo de nós.

A dedicação é a capacidade de consagração à missão e à

organização que integramos para cumpri-la.

Todo Soldado deve saber que a ação sem objetivo é agitação. É mister perseguir a objetividade, realizando coisas práticas, sensatas, tangíveis e prioritárias. Como soldados, como em tudo na vida, devemos sempre ter um objetivo definido e claro à nossa frente. Marcar objetivos e encontrar caminhos para buscá-los, esta poderia ser a síntese de tudo o que fazemos na vida militar.

E fechando essa reflexão sobre os atributos genéricos do Soldado, exaltemos o espírito de colaboração, a solidariedade, o "espírito de corpo" e, por extensão, o de Quadro e da Instituição.

Os atributos do Chefe

Como os que se formam se preparam para ser chefes, refletamos sobre os seus atributos peculiares, além dos genéricos.

Aprendam a plantar em seus corações, desde o primeiro dia, o primado da profissão. Ao longo de minha vivência, sempre constatei que aqueles que não chegaram a amá-la, por se sentirem desajustados dentro dela, carregaram pela vida afora um pesado fardo e se tornaram infelizes.

Pertencendo a uma instituição cujo plasma vem do povo e

a ele serve, a vocação democrática é indispensável ao Oficial do Exército.

Afirma-se o chefe pelo exemplo, no pensamento e na ação. O pensamento pede competência; a ação, dinamismo, energia, coragem e entusiasmo, que é o fermento da vontade. E não há chefe competente desprovido da capacidade de planejar, de organizar, dirigir, coordenar e controlar.

Outra virtude intrínseca ao chefe é o autocontrole, que nos permite dominar e controlar os nervos e os impulsos, as inquietações, os excessos e os transbordamentos de energia. Quando o chefe perde a serenidade e não se contém, pode desencadear a insegurança e o pânico, e gerar covardes, pusilânimes ou tiranetes.

Lembremos que o senso de justiça bem desenvolvido chega quase a ser uma arte: a de alcançar a participação de todos, a adesão espontânea, a cooperação, a abnegação, prevenindo ou desfazendo ressentimentos e frustrações.

Há dois instrumentos, intimamente associados, que distinguem o chefe: a capacidade de liderança e a palavra.

Embora possam ser considerados basicamente como dons inatos, devem ser exercitados e praticados. Ao longo de toda a nossa vida, escrevemos e fala-

mos. O conhecimento só tem valia se transmitido pela palavra, a palavra direta, clara, correta e concisa. A palavra é, assim, instrumento de comunicação inerente ao chefe.

Excessos e distorções a evitar

Com a experiência de uma longa vida militar e de uma vivência já expressiva convivendo só com civis, atrevo-me a fazer reflexões sobre algumas exacerbações das virtudes da maioria ou de defeitos de uns poucos que podem se transformar em injustos mas compreensíveis estereótipos com que se critica o Soldado.

É nosso dever zelar para que o espírito de missão não se transforme em messianismo; a firmeza de convicções, em dogmatismo; o trato genérico das questões, na onisciência de donos da verdade; a moralidade, em hipocrisia; o nacionalismo, em jacobismo; o espírito militar, em rejeição aos civis; o espírito de corpo, em espírito de casta; a dedicação à profissão, em isolacionismo e segregação; o espírito coletivo, em negação da individualidade; a disciplina e obediência, na lisonja, na massificação, na mediocridade; o culto da tradição e do passado, em horror à renovação e à mudança; a liturgia militar e a prá-

tica dos esportes, na razão de ser da vida dos quartéis; a jovialidade, em imaturidade; a energia, a agressividade e a impulsividade sem controle, em autoritarismo e prepotência.

E em reflexões que não têm quaisquer pretensões de natureza sociológica, confesso que sempre vi nos militares generalizado preconceito contra o lucro e clara tendência para a estatização, que poderão ser considerados um bem ou um mal, segundo a ótica e as concepções de cada um.

Outra terrível distorção, que está a exigir uma profunda autorreflexão da administração militar, é a psicose dos graus escolares. Como as filas hierárquicas se formam, basicamente, sobre os resultados escolares, principalmente os das escolas de formação; para o militar, grau é sangue, grau é vida. Resulta na escolha dos melhores lugares onde servir e na recomendação para futuras promoções e designações para comissões no exterior. Não se pergunta ao bacharel em Direito, ao engenheiro, ao arquiteto, ao economista, ao médico, ao psicólogo, ao astrônomo, ao geólogo, ao músico, ao comunicador, qual foi o seu desempenho na Faculdade, porque o que queremos saber é a sua competência profissional; mas, nós, os militares, passamos a vida toda comparando

nossos graus, nossas classificações e as coroas de nossas medalhas de aplicação e estudo.

De todas as degenerescências das virtudes militares, a mais grave e mais maléfica é, porém, a vaidade, que muitos sociólogos julgam ser uma característica marcante da personalidade militar.

Na verdade, os graus escolares; a hierarquia e a precedência; os uniformes e as condecorações; o cerimonial e a liturgia; a continência, os sinais de respeito, os toques de corneta; o tratamento de Senhor e de Vossa Excelência; o hábito do mando e a resposta da obediência; a ascensão, o sucesso e o cerco da lisonja; tudo isso vai depositando, ao longo do tempo, em nossa personalidade, partículas do fermento da vaidade. Se não nos apercebemos, a tempo, nossa mente estará dominada pelo mais maléfico de todos os vírus, com conseqüências para o indivíduo, para a harmonia do conjunto e, como nos mostram os exemplos do passado, no Brasil e até mesmo nos outros exércitos, para a Instituição, para a causa e a própria nação.

Os valores eternos

Deixo aqui uma reflexão final para a formação dos futuros oficiais. Aprendam, desde cedo,

a discernir os valores eternos dos mutáveis. Mudam métodos e processos; mudam os caminhos para chegar aos objetivos; mudam as estruturas, as concepções e as tecnologias; mas permanentes são os princípios morais, imutáveis são a disciplina, a obediência, a ordem, a hierarquia, o pundonor e a ética militares.

A REPÚBLICA

Sob a direção setorial da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o IME abre hoje o ano letivo de 1989, em que se comemora o centenário da Proclamação da República e em que começa um novo tempo, com o ordenamento jurídico de uma nova Constituição.

Cem anos de República são passados, que pode ser examinada em dois segmentos separados pelo marco da Revolução de 30. Nos primeiros 41 anos, a Velha República, do Brasil rural, agrário e monocultor, dos currais eleitorais, dos raros direitos trabalhistas, dos vários brasis, desconectados pela falta de vias de transportes e de telecomunicações.

Nos outros 59 anos, o Brasil em plena transformação, mas em crises sucessivas – políticas, econômicas, militares e principalmente sociais.

Em um esforço de esquematização, podemos dividir esses 59 anos em quatro partes: os 15 anos de Vargas, os 21 de governantes militares, e dois períodos intermediários; o de 1946 a 1964 (18 anos) e o atual período de transição. Em 59 anos, 36 de governos fortes, para alguns, autoritários, e apenas 23 de vivência democrática mais aberta.

Através de sucessivas crises, que sempre pareceram ser a véspera do abismo, o Brasil cresceu e modernizou-se.

Ao longo dos 100 anos, o Exército participou intensamen-

te da vida nacional. Ao longo dos 100 anos, uma constante: a extraordinária sensibilidade do povo brasileiro para a liberdade e a democracia.

Convencido de que a nação superará a crise atual e de que o país é absolutamente viável, faço votos por um ano letivo muito fecundo para o IME, no contexto de um Exército profissional e moderno, e manifesto minha confiança em que haveremos, os brasileiros, todos juntos, de construir a "sociedade livre, justa e solidária", primeiro dos objetivos fundamentais expressos na nova Constituição.



literários.

O General-de-Divisão R/1 Octávio Pereira da Costa, ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira, é possuidor de vasta e bem alicerçada cultura profissional e humanística. Dentre suas mais recentes comissões na Ativa destacam-se as de Comandante da 6ª Região Militar e Secretário-Geral do Exército. Escritor, jornalista e conferencista, tem trabalhos publicados sobre assuntos militares, educacionais, de comunicação social e